



18.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0170486-3
EMBARGANTE: USINA ESTRELIANA LTDA
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ACOLHIDOS PARA SANAR A OMISSÃO APONTADA - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CABIMENTO. HONORÁRIOS EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO - NÃO CABIMENTO - PERDA DO OBJETO - PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS - A parte alega que houve omissão com relação à condenação do banco embargado, em honorários advocatícios. Uma vez extinta a execução, de fato é cabível a condenação do exequente, tendo em vista que foi este quem deu causa ao ajuizamento. Já com relação aos honorários em sede de Embargos à execução, se mostra incabível ante sua perda do objeto. PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS para sanar a omissão apontada e condenar o banco embargado ao pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em **DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS**, para sanar a omissão apontada e condenar o embargado ao pagamento dos honorários advocatícios referente à execução, nos termos do voto do relator, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de 10 de 2013.

Des. Fernando Martins
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

719

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0170486-3
EMBARGANTE: USINA ESTRELIANA LTDA
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
6ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO e VOTO

Embargos de Declaração contra acórdão de fls.685, que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos pelo embargante às fls. 656/657.

Em suas razões de fls.694/697, a parte embargante alega que não foi sanada a omissão apontada, e que o acórdão, ora desafiado, restou ainda mais confuso, vez que não deixou claro que de fato quem foi extinta foi a execução e portanto cabível a condenação do exequente, ora embargado, nos honorários advocatícios.

Por fim, pugna pelo provimento ao agravo, a fim de que sane a omissão apontada, para condenar o banco agravado nos honorários advocatícios, que são devidos em face da extinção da execução bem como com relação aos embargos à execução.

Às fls. 722/724, o agravado apresentou contrarrazões e ao final pugna que seja rejeitados os presentes embargos por ausência de omissão, contradição e obscuridade.

É o relatório.

mrm



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

720

Passo a decidir:

Examinando o presente recurso e cotejando os autos e os documentos neles inseridos, com a decisão embargada, entendo que assiste razão ao embargante quando alega que houve pequena omissão e pequena obscuridade no acórdão de fls. 656-657.

Como a execução foi proposta pelo banco agravado e em sede de apelação cível foi decidido pela extinção da execução, logo é cabível a condenação do exequente em honorários advocatícios, independente da execução ter sido embargada ou não. Uma vez extinta, como de fato foi, os embargos perderam seu objeto, devendo o banco agravado arcar apenas com os honorários da execução.

Vejamos o seguinte julgado acerca da matéria:

“TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL AC 20769 MG 1998.38.00.020769-9 (TRF-1) Data de publicação: 08/10/2010 **Ementa:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PERDA DE OBJETO EM FACE DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. 1. Extintos os embargos de terceiro, por perda de objeto, em face da extinção da execução, pela falta de título hábil a ampará-la, a condenação em honorários advocatícios deve recair sobre a parte exequente, visto que foi ela quem deu causa ao ajuizamento da ação, acarretando a prática de atos processuais pelo advogado do terceiro. Aplicação do princípio da causalidade. 2. Apelação da Caixa Econômica Federal desprovida. Veja também : AC 2002.33.00.029431- 5, TRF1 AGRG NO RESP 401535 , STJ RESP 132180 “

Sendo assim, DOU PROVIMENTO PARCIAL
abs embargos, a fim de sanar a omissão apontada no tocante a
condenação do embargado, em honorários advocatícios, para

mm



721

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

condenar o banco embargado, ao pagamento dos honorários advocatícios uma vez que foi extinta a execução, que ora fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Continuo sem arbitrar condenação referente aos embargos à execução, diante da perda do objeto em face da extinção da execução.

É como voto.

Recife, 01 de 10 2013.


Des. Fernando Martins

Relator